

ABREU, Maurício de

*pres. RJ 1894-1897; dep. fed. RJ 1903-1905.

Joaquim Maurício de Abreu nasceu em Sapucaia (RJ) no dia 16 de maio de 1852, filho de Francisco Maurício de Abreu e de Constança Maria de Araújo.

Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na então capital do Império, em 1870. Nesse mesmo ano foi um dos signatários do Manifesto Republicano, declaração que foi publicada no jornal carioca *A República* e marcou o florescimento do republicanismo no país. Formou-se em 1876 e, de volta a Sapucaia, dedicou-se à clínica médica e à política. Em 1884 combateu a epidemia de febre amarela que assolava a cidade. No campo político, foi vereador em várias legislaturas e chegou à presidência da Câmara Municipal em 1887.

Depois da proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, fez forte oposição ao governo do primeiro presidente republicano do Rio de Janeiro, Francisco Portela, por discordar das medidas tomadas por este, que favoreciam seu poder pessoal em detrimento da corrente republicana fluminense. Nesse processo esteve ao lado de José Tomás da Porciúncula, também republicano histórico e uma das principais lideranças do Partido Republicano Fluminense (PRF).

Em 3 de novembro de 1891 o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, e 20 dias depois uma revolta da Esquadra obrigou-o a renunciar e a transferir o governo ao vice-presidente Floriano Peixoto. Em meio a esse conturbado momento político, no dia 10 de dezembro Francisco Portela, importante aliado de Deodoro, sem ter mais apoio do poder federal, renunciou à presidência do estado do Rio de Janeiro. Nesse processo, Carlos Baltasar da Silveira assumiu o governo estadual, apoiado pelo novo presidente da República. A nova administração, que procurou desmontar a rede política criada por Francisco Portela, baseada no clientelismo e na diminuição da ação de grande parte da corrente republicana fluminense, fechou o Congresso estadual e revogou a Constituição republicana fluminense de 1891.

Convocadas eleições para uma nova Constituinte estadual, saiu vitoriosa a chapa apoiada

pelo governo de Baltasar da Silveira, e Maurício de Abreu foi eleito deputado estadual pelo PRF. Nesse mesmo pleito, também foi eleito José Tomás da Porciúncula, que assumiu a presidência da Assembleia Constituinte, enquanto Maurício de Abreu se tornou primeiro-secretário. A nova Constituição do estado do Rio de Janeiro foi promulgada em 9 de abril de 1892 e, nessa data, Baltasar da Silveira foi eleito presidente provisório do estado, já que novas eleições para o Legislativo e o Executivo estaduais foram marcadas para o dia 24 do mesmo mês. Nesse pleito, José Tomás Porciúncula foi eleito presidente do estado do Rio de Janeiro e Maurício de Abreu, vice-presidente, ao lado de Manuel Martins Torres e Lourenço Maria de Almeida Batista, o barão de Miracema.

Na sucessão estadual de 1894, Maurício de Abreu candidatou-se com o apoio de Porciúncula e foi vencedor. Recebeu a maioria dos votos em todo o estado, menos em Niterói, onde o antigo presidente Francisco Portela teve mais votos. Seu governo, assim como o do antecessor, foi marcado pela hegemonia do PRF na política estadual, já que, após a derrubada de Francisco Portela e o governo de transição de Baltasar da Silveira, o poder político do estado passou às mãos dos setores majoritários da oligarquia fluminense.

Em 1896, Maurício de Abreu entrou em choque com Manuel Vitorino, vice-presidente que então ocupava a presidência da República devido à licença de Prudente de Moraes (1894-1898), gravemente doente. A divergência ocorreu depois que o governo federal interveio nas eleições federais na cidade de Campos (RJ), onde a oposição ao PRF era mais forte. Com isso, o governo federal procurou garantir o resultado do pleito, sem interferência do governo estadual, enfraquecer a corrente liderada por José Tomás da Porciúncula e fortalecer a liderança de Nilo Peçanha, que tinha sua base política na cidade. Diante da intervenção, o PRF rompeu com Manuel Vitorino, e Alberto Torres, também membro da agremiação, demitiu-se do Ministério da Justiça (1896-1897). Com a volta de Prudente de Moraes ao poder, o PRF voltou a ganhar força no cenário nacional.

Maurício de Abreu teve como sucessor na presidência do estado Alberto Torres (1897-1900). Depois de deixar o governo, passou a clinicar em sua cidade natal. Em janeiro de 1903, voltou à atividade política, quando foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro na

legenda do PRF. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até o final da legislatura, em 1905. No período seguinte, tornou-se coletor federal em Campos.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de maio de 1913.

Foi casado com Luísa Benedito Otoni, com quem teve oito filhos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES

ABRANCHES, J. *Governos*; COL. BRAS. GENEALOGIA. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_r_02.html>. Acesso em: 10 mar. 2011; FERREIRA, M. *República*; LACOMBE, L. *Chefes*.